



ÁREA TEMÁTICA: Sessão Intertemática: saberes tradicionais e novas práticas agro-florestais

Retratos portugueses de agricultura multifuncional

COVAS, António
Agregado em Estudos Europeus
Especialidade de Políticas Públicas Europeias
Universidade do Algarve
acovas@ualg.pt

COVAS, Maria das Mercês
Doutora em Sociologia da População e dos Recursos Humanos
Especialidade de Sociologia da Família
Universidade do Algarve
mcovas@ualg.pt

Resumo

Após a abordagem exploratória a uma teoria da multifuncionalidade agro-rural realizada por Covas (2007) em *Ruralidades I e II* estamos agora em condições de fazer uma primeira aproximação empírica a esta teoria. Não fomos à procura de casos representativos de uma realidade ou universo português mas sim à procura de sinais significativos, reveladores, umas vezes prometedores outras vezes comprometedores, que, pelos seus atributos, poderão servir de referência ou de aviso para os futuros empreendedores do espaço agro-rural.

Os sinais que mais nos interessam são: um novo conceito, um projecto inovador, um sinal de inteligência, uma atitude decidida, um comportamento exemplar, um investimento arriscado, uma diversificação bem sucedida, etc. Sinais que apontam ou anunciam uma diversificação multifuncional sustentável.

Para aferir do alcance e do sentido destes sinais de mudança, apresentamos em seguida alguns resultados preliminares que observámos em cerca de 80 explorações. O número total foi, porém, superior pois foram realizadas entrevistas de contextualização a “mediadores sistémicos” tais como associações de desenvolvimento local, associações de proprietários florestais, associações de agricultores, serviços regionais e técnicos superiores ligados ao desenvolvimento económico e social das zonas rurais.

As entrevistas realizadas foram semi-directivas procurando obedecer ao mesmo guião para averiguar a trajectória pessoal/familiar/patrimonial/empresarial dos entrevistados nos últimos vinte anos e sua projecção nos próximos dez anos. Um período de tempo que colocou muitos dos nossos entrevistados na situação curiosa, alguns disseram embaraçosa, de terem que gerir um tempo de transição difícil, mais ou menos longo, entre a “herança dos antepassados e o seu projecto de vida pessoal”.

Palavras-chave: [clique aqui e insira até 5 palavras-chave, separadas por ponto e vírgula]





Introdução

Depois de uma abordagem exploratória a uma teoria da multifuncionalidade agro-rural (COVAS, 2007b) estamos agora em condições de fazer uma primeira aproximação empírica a esta teoria. Não fomos à procura de casos representativos de uma realidade ou universo português. Fomos, antes, à procura de sinais significativos, reveladores, umas vezes prometedores outras vezes comprometedores, que, pelos seus atributos, poderão servir de referência ou de aviso para os futuros empreendedores do espaço agro-rural.

Antes de formularmos a nossa pergunta de partida, é necessário esclarecer o nosso ambiente de trabalho e o território em que a investigação decorre, isto é, precisamos de esclarecer as “multifuncionalidades pertinentes” que nos interessam. O nosso propósito é investigar em que condições ocorre a diversificação multifuncional sustentável (DMS) em meio rural, por via do que aqui designamos por “Sistema LM”, isto é, um sistema de ligações e multifunções (LM) entre actividades. Sendo este o nosso ambiente de trabalho, a nossa pergunta de partida pode ser formulada do seguinte modo:

No caso da ruralidade portuguesa em que sentido apontam os sinais da DMS e do sistema LM: mais prometedores, afirmados com clareza e nitidez e apontando na direcção de uma diversificação sustentável, ou, antes, mais difusos, incaracterísticos, mesmo furtivos, para não dizer mais comprometedores ou insustentáveis?

Para cumprirmos esta pergunta de partida, fomos à procura desses sinais de diversificação multifuncional sustentável (DMS) nas várias regiões do país. Como já dissemos, fomos à procura de sinais significativos e não de sinais representativos. De facto, sendo a DMS uma multifuncionalidade que se anuncia não é, ainda, uma multifuncionalidade estatisticamente observável. Por isso, para lá chegar, fomos à procura de informantes privilegiados, nos serviços regionais de agricultura, nas universidades e escolas superiores agrárias, nas associações de desenvolvimento local e rural e nas empresas mais referenciadas, a quem explicámos os nossos propósitos e objectivos, em especial, os sinais que mais nos interessavam: **um novo conceito, um projecto inovador, um sinal de inteligência, uma atitude decidida, um comportamento exemplar, um investimento arriscado, uma diversificação bem sucedida, etc, e, acima de tudo, as ligações entre actividades (*linkages*) que reticulam e capilarizam os territórios.** A partir dessas informações privilegiadas, e por efeito de bola de neve, fomos delimitando o círculo de observação para, no final, contarmos cerca de 80 observações. O número total foi, porém, superior pois foram realizadas entrevistas de contextualização a mediadores sistémicos tais como associações de desenvolvimento local, associações de proprietários florestais, associações de agricultores, serviços regionais e técnicos superiores ligados ao desenvolvimento económico e social das zonas rurais. As entrevistas realizadas têm natureza semi-directiva e todas procuraram, na medida do possível, cumprir o mesmo guião, qual seja, o de averiguar a trajectória pessoal/familiar/patrimonial/empresarial do entrevistado nos últimos vinte anos e sua projecção nos próximos dez anos. Um período de tempo que colocou muitos dos nossos entrevistados na situação curiosa, alguns disseram embaraçosa, de terem que gerir um tempo de transição difícil, mais ou menos longo, entre a “herança dos antepassados e o seu projecto de vida pessoal”, um binómio de administração complexa, já que nenhum dos termos parece ter facilitado o tempo de transição.

Como é óbvio, a realidade agro-rural é sempre mais complexa do que as intuições e conceitos da razão e, portanto, a diversificação multifuncional será sempre uma multifuncionalidade compósita, bem portuguesa, reunindo, simultaneamente, elementos característicos da multifuncionalidade tradicional, da nossa modernidade agrária tardia, da multifuncionalidade moderna e da presuntiva pós-modernidade agro-rural numa linha mais eco-rural. Isto é, numa linha tipológica que vai desde o sistema da pequena agricultura multifuncional, periférico e marginal, até à multifuncionalidade paradigmática de grandes explorações. Temos, assim, por exemplo, um leque de explorações que se estende desde o minifúndio minhoto e do barlavento algarvio, dos concelhos de Ponte de Lima e de Aljezur com dimensão igual ou inferior a 1 hectare até ao latifúndio alentejano e transmontano entre 5 e 6 mil hectares e que apresentam o mesmo tipo



de multifuncionalidade triangular de base de cortiça, azeite e vinho (CAV). No meio ficaram os casos mais frequentes de multifuncionalidade justaposta e coordenativa.

1. O sistema DMS: a tipologia multifuncional, as dimensões de análise e a gestão do sistema LM

Começamos por definir, muito sumariamente, o que entendemos por sistema de diversificação multifuncional sustentável (DMS). Trata-se de uma multifuncionalidade intensiva em conhecimento que administra sabiamente as três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, ambiental e social). Neste enquadramento tridimensional, os elementos mais inovadores são: a gestão sistémica de internalidades e externalidades, os serviços ecossistémicos e a sua transformação em novas funcionalidades virtuosas (COVAS, 2007b). Estes elementos inovadores combinam muito bem com a inovação social em meio rural e, do mesmo modo, com as tecnologias agroecológicas. Estes novos elementos e as suas ligações (*linkages*) constituem o coração da multifuncionalidade do sistema DMS.

Na nossa procura de uma multifuncionalidade sustentável encontramos várias formas empíricas de multifuncionalidade, em estados diferentes de diversificação, que nos autorizam a falar de uma tipologia multifuncional.

1.1. A tipologia multifuncional:

1) A multifuncionalidade convencional ou tradicional é uma multifuncionalidade elementar de baixa intensidade e que, em graus diversos de escala, pode ser observada na policultura tradicional do norte de Portugal e no montado alentejano. O efeito patrimonial está sempre presente, o familismo, também, na forma como se geram e gerem os activos existentes na propriedade. São, quase sempre, empreendimentos de rendimento mais do que empreendimentos de lucro. Por isso mesmo, não existe a noção de cadeia de valor e o produto final não é, ainda, em termos estritamente económicos, uma mercadoria. Por estas características, também pode ser designada por **multifuncionalidade monótona**.

2) A multifuncionalidade racionalizada corresponde à “modernização produtivista”, em reacção aos mecanismos do mercado, por um lado, e aos estímulos que a política pública vai lançando, por outro; menos diversificada e mais especializada do que a multifuncionalidade convencional, logo mais intensiva, com alto rendimento, mas muito mais vulnerável, por ser mais focalizada. Por estas características, também pode ser designada por **multifuncionalidade justaposta**.

3) A multifuncionalidade diversificada, trans-sectorial, diversifica para o rural não agrícola ao contrário das duas modalidades anteriores mais concentradas no rural agrícola; a multifuncionalidade trans-sectorial abre o caminho às diversas incursões territoriais no espaço rural. Às velhas funções são atribuídas novas funcionalidades em direcção às actividades de conservação e recreação. Nasce uma nova racionalidade assente na racionalidade e viabilidade das ligações em rede. Por estas características, também pode ser designada por **multifuncionalidade coordenativa**.



4) A multifuncionalidade paradigmática é, ainda, um conceito em busca de uma realidade. Com efeito, os casos de estudo são em pequeno número e a reversibilidade de alguns, com maior notoriedade agro-rural, são a prova de que a multifuncionalidade paradigmática ou sistémica tem de passar pelo duro teste da realidade. Trata-se de uma multifuncionalidade intensiva em conhecimento, que usa os métodos e as técnicas da agroecologia (os agroecossistemas) e que administra sabiamente as três dimensões do desenvolvimento sustentável. A gestão integrada de internalidades e externalidades da exploração agro-rural é a sua principal inovação. A transformação destas inovações em novas funcionalidades virtuosas é o núcleo central que melhor define a multifuncionalidade paradigmática mas é, também, o seu ponto mais vulnerável dadas as dificuldades de valoração económica e comercial destes efeitos internos e externos, nem sempre bem acompanhados pela política pública respectiva. Por estas características, também pode ser designada por **multifuncionalidade sistémica ou programática**.

1.2. As dimensões de análise do sistema DMS

Vejamos, agora, as dimensões de análise subjacentes à ordenação tipológica apresentada anteriormente:

1) As casas de família e as histórias familiares (os percursos histórico-familiares): o capital simbólico e afectivo, a história longa e a história curta, os pactos fundadores, as famílias depositárias, a dolorosa passagem do testemunho, a recuperação do património abandonado, as aquisições recentes e a reconstituição do passado histórico como imagem de marca da exploração (o fardo que essa memória, por vezes, constitui);

2) A evolução jurídico-patrimonial da exploração e as opções de vida: manutenção, reforço ou alienação de património, pequenos ajustamentos de carácter técnico exigidos pela exploração económica da propriedade (arrendamentos, contratos administrativos, etc.): a evolução da forma societária, da empresa em nome individual até à sociedade gestora de participações sociais (SGPS); o critério do património-residência (filosofia e qualidade de vida), o critério do património-empresa (exploração económica), o critério misto de património residência-empresa, o critério do património-subsistência (sobrevivência do agregado familiar);

3) A relação entre a propriedade e a gestão: a fusão das duas funções, a separação, a aquisição de serviços, o outsourcing agro-rural, os contratos com empresas ou associações de carácter técnico para a gestão de certas tarefas, os serviços de substituição, etc.; a formação técnica do proprietário-gestor e a quantidade e qualidade das aquisições de serviços; a presença/ausência das relações associativas e cooperativas;

4) A presença da economia familiar na gestão da exploração: as três gerações familiares reunidas, a probabilidade de uma gestão complexa de rendimentos através de uma combinação de pluriactividade, pensões de reforma, transferências do Estado, rendimentos da exploração, actividades conexas ou laterais (um café, uma mercearia, um restaurante), ou ainda uma mistura muito complexa de trabalho familiar e economia de entreajuda entre vizinhos;

5) A evolução do número de actividades ao longo dos últimos 20 anos e as expectativas para os próximos dez anos: concentração/especialização versus diversificação/multifuncionalidade; a evolução que se regista entre o agro-comercial na primeira década (1983-1992), o agro-ambiental de 1993 em diante, o



agro-rural depois da agenda 2000 e a grande expectativa para o próximo período em redor do desenvolvimento rural; os sinais contraditórios entre monofuncionalidade e multifuncionalidade;

6) A evolução dos modos de produção agro-rural: da agricultura convencional químico-mecânica, intensiva e especializada, para os modos integrados (protecção e produção integrados) e o modo de produção biológico, no tempo da exploração e na forma de utilização do seu espaço de produção; a evolução dos 3R (redução, reciclagem, reutilização) na gestão da exploração: a produção de externalidades e internalidades e o reconhecimento explícito das boas práticas agro-ecológicas;

7) A evolução da cadeia de valor dos produtos finais: o auto-consumo, o mercado local, a cooperativa, a marca própria (o conceito de qualidade global da exploração: das matérias-primas, dos processos, dos produtos, dos canais de comercialização, das marcas); a reconversão da exploração e a cadeia de valor do produto final; as externalidades e as internalidades e o seu papel na promoção da cadeia de valor dos produtos finais;

8) A evolução das ligações entre modos de produção e modalidades de TER: as várias formas de turismo em espaço rural (TER) expressam diferentes intensidades de ligação agricultura-turismo: enoturismo, olivoturismo, floresta e turismo cinegético, bioturismo como ligação entre o modo de produção biológico (MPB) e o TER;

9) A evolução da Política Pública (PP), as ajudas e a diversificação/composição multifuncional das actividades: as medidas agro-ambientais, a florestação de terras agrícolas, as IC, o programa LEADER, o programa AGRIS, ajudaram a diversificar a pequena agricultura; a continuidade/descontinuidade destas medidas e a possibilidade de este movimento de diversificação/consolidação da pequena agricultura se reforçar durante o próximo período de programação se conseguir associar as várias dimensões da multifuncionalidade;

10) A evolução das estratégias familiares: a estratégia rentista ou a inércia do negócio familiar, a estratégia patrimonial e residencial que envolve, geralmente, uma transferência de rendimentos de outras actividades para a exploração, uma estratégia residencial e produtiva mas com carácter contingente porque associada a uma conjuntura ou negócio oportunístico, uma estratégia de regresso às origens, de natureza patrimonial-turística, por via de um investimento de prestígio associado à qualidade do património natural e construído (coabitação entre o dono e o hóspede ou dissociação), uma estratégia claramente multifuncional e desenvolvimentista ligada ao aproveitamento de todas as potencialidades patrimoniais existentes, de acordo com um conceito e uma deliberação condizente; finalmente, uma estratégia monótona de simples manutenção e/ou sobrevivência.

1.3. A gestão do sistema ligações e multifuncionalidades (Sistema LM)

Vejamos, agora, a dinâmica do sistema de diversificação multifuncional sustentável (Sistema DMS) através da análise da gestão das suas ligações multifuncionais respectivos (análise dos efeitos de “*linkage*”, Quadro N° 1).



Quadro Nº 1. A gestão do sistema LM

Efeitos de Linkage (L)	Multifuncionalidades (M)			
	Convencional	Racionalizada	Diversificada	Paradigmática
1. <i>Linkage</i> interprofissional Efeito fileira	Baixo efeito fileira	Aumenta o efeito fileira	Baixa o efeito fileira	Alto efeito Fileira de cariz agroecológico
2. <i>Linkage</i> agroecológico Efeito biodiverso	Baixo/médio efeito biodiverso	Redução do efeito biodiverso	Aumenta o efeito biodiverso	Adopção de sistemas de certificação biodiversa
3. <i>Linkage</i> reticular Efeito rede	Baixo efeito rede	Aumenta o efeito rede (mais empresarial)	Aumenta o efeito de rede (territorial)	Maior capilaridade Territorial e Social
4. <i>Linkage</i> recreacional Efeito visitação	Baixo efeito visitação	Baixo efeito visitação	Aumenta o efeito visitação	Moderação das cargas de visitação
5. <i>Linkage</i> comunicacional Efeito identitário/simbólico	Apreciável efeito identidade mas baixo efeito comunicacional	Baixo efeito identidade, sobe o efeito publicitário	Aumenta o efeito identidade/simbólico	Conhecimento Um conceito ao serviço da comunicação
6. <i>Linkage</i> geracional Efeito sucessão	Baixo efeito sucessão (o corte geracional)	Aumenta o efeito sucessão; a sociedade sucede à família	Aumenta o efeito sucessão As novas valências atraem novos actores	Uma sucessão intergeracional de ordem complexa

1.3.1. A descrição dos efeitos de ligação (*linkage*):

1) O efeito fileira

O efeito fileira é o resultado de uma operação de integração vertical de actividades produtivas, desde a actividade de produção de uma matéria-prima agrícola até à venda de um bem alimentar ao consumidor. O efeito fileira significa que se acrescenta valor à cadeia de produção e que o produto final reproduz toda a cadeia de valor. O efeito fileira pode produzir-se organicamente por crescimento interno de um grupo empresarial, por via de aquisições externas ou participação/controlo estratégico de outras empresas ou, finalmente, por via contratual. O efeito fileira pode ter ou não um efeito de reticulação empresarial e/ou de capilaridade territorial. Em qualquer caso, o efeito fileira é um efeito de integração empresarial mais do que de reticulação territorial ou social.

Podemos, então, perguntar em que medida o efeito fileira induz, também, um efeito de aglomeração empresarial e reticulação sócio-territorial.

2) O efeito agroecológico ou biodiverso

O efeito biodiverso diz-nos em que medida a tecnologia do produto e do processo é tão importante como a tecnologia do recurso ou em que medida os recursos naturais e o ecossistema em que se integram são



tidos em devida conta. O efeito agroecológico diz-nos que a gestão do produto é inseparável da gestão dos recursos e que a conservação e a biodiversidade são uma imagem de marca do produto final.

Podemos, então, perguntar em que medida o efeito agroecológico induz, também, uma nova diferenciação do produto final e a segmentação da sua clientela.

3) O efeito reticulação ou rede

O efeito rede, geograficamente contíguo ou não, trata não apenas de ligações empresariais mas, sobretudo, de ligações empresariais com inserção territorial. O território é uma variável fundamental e determina a lógica da rede. O território e os seus atributos são uma imagem de marca do produto final. Este carrega conservação e biodiversidade tanto quanto identidade e simbolismo.

Podemos, então, perguntar em que medida os atributos territoriais são uma imagem de marca do produto final.

4) O efeito recreação ou visitaçao

O efeito recreação é um novo acréscimo na cadeia de valor. O efeito visitaçao diz-nos em que medida o efeito biodiverso e o efeito território são capazes, em conjunto, de criar um efeito de fluxo favorável à região e aos seus produtos. Quanto mais elementos diferenciadores apresentar um produto/território maior será o seu efeito de atracção turística.

Podemos, então, perguntar em que medida o marketing territorial e a biodiversidade são promotores turísticos suficientes para criar um fluxo de visitaçao sustentável.

5) O efeito identitário ou comunicacional

Na sociedade informacional, a cadeia de valor só se materializa se o produto final for adequadamente comunicado. A estratégia comunicacional não promove apenas os elementos materiais do produto mas, também, os seus elementos identitários, simbólicos e paisagísticos. Cuidado, pois, com a propaganda e a publicidade que podem deitar a perder os elementos fundamentais da estratégia comunicacional, a saber, o reconhecimento, o prestígio e a notoriedade.

Podemos, então, perguntar em que medida a estratégia comunicacional contribui para consolidar a cadeia de valor do produto final.

6) O efeito geracional ou de sucessão

Gerar sucessão é, em princípio, uma garantia de futuro. O tempo intergeracional é uma variável fundamental da viabilidade de um empreendimento uma vez que o investimento de longo prazo é muito mais provável se a sucessão familiar estiver assegurada. Dito de outra forma, se o investimento produtivo e o investimento filial convergirem, então, teremos sucessão empresarial bem sucedida.

Podemos, então, perguntar em que medida estes dois investimentos convergem, no espaço e no tempo, para o sucesso desta sucessão empresarial.



1.3.2. Os modelos de gestão LM:

Com base nos elementos anteriores, podemos sintetizar dois critérios fundamentais para definir os modelos de gestão: o número de actividades ou o grau de diversificação da estrutura de actividades (as novas funções da estrutura), em primeiro lugar, e o número e qualidade das ligações ou “linkages” dessa estrutura (as novas funcionalidades), em segundo lugar. Adiante-se desde já que os modelos simétricos ou circulares de multifuncionalidade são os mais consistentes ou sustentáveis (2x2x2 ou 3x3x3), uma vez que associam sempre, em número idêntico, actividades de produção, conservação e recreação. Eis alguns exemplos: vitivinicultura em produção integrada e enoturismo, produção florestal com gestão certificada e turismo cinegético, agricultura biológica em parque natural com ecoturismo. O sistema do montado, pelas suas características estruturais agrosilvopastoris é aquele que reúne maior número de funcionalidades potenciais, e onde, portanto, se podem obter consociações mais elevadas (acima de 3). Os sistemas de gestão podem, assim, ser definidos em termos de número de actividades, número de funcionalidades (efeito M) e número de ligações “*linkages*” entre elas (efeito L, Quadro Nº 2). É bom, a este propósito, que não confundamos funções e funcionalidades.

Quadro Nº 2. Modelos de Gestão LM

Modelos	Efeitos	Efeito M	Efeito L	Gestão LM
1. Multifuncionalidade monótona (convencional tradicional)		Diversificação policultural	Baixo <i>Linkage</i> , internalidades e externalidades de sinal variável e contraditório	Gestão empírica e monótona de baixo rendimento
2. Multifuncionalidade justaposta (racionalizada)		Especialização focalizada	<i>Linkage</i> baixo, poucas internalidades, externalidades negativas	Gestão focalizada de actividades justapostas de alto rendimento
3. Multifuncionalidade coordenativa (diversificada)		Actividades multifunções e diversificação multisectorial	<i>Linkage</i> médio, internalidades e externalidades de intensidade de sinal variável e contraditória	Gestão coordenativa de rendimento variável de acordo com as actividades
4. Multifuncionalidade sistémica ou programática (paradigmática)		Integração de actividades e diversificação multifuncional sustentável	<i>Linkage</i> elevado, gestão articulada de internalidades e externalidades positivas	Gestão programática de alto rendimento das actividades

Com este enquadramento, pode perguntar-se em que direcção caminha a diversificação multifuncional que procuramos?

- No sentido de uma **multifuncionalidade racionalizada**, fortemente condicionada pelo determinismo económico da globalização, no limite, em direcção a uma monofuncionalidade de especialização?
- No sentido de uma **multifuncionalidade diversificada**, mais transversal, multisectorial e territorial, de múltiplas racionalidades, alimentada por vários públicos e tributária de diversas fontes de receitas (receitas de mercado, receitas contratuais, transferências públicas), isto é, uma multifuncionalidade de



plurirendimento, nuns casos de rendimento variável, instável, em outros de alto rendimento por virtude de uma gestão integrada e inteligente das suas actividades?

- No sentido de uma **multifuncionalidade defensiva e resiliente** de baixa intensidade, na “fronteira dos mercados de proximidade”, locais e regionais, de natureza monótona, no limite da sobrevivência?

De facto, não podemos submeter à mesma racionalidade económica todo o território nacional, seria uma estratégia suicida. Por isso mesmo, a diversificação multifuncional é uma estratégia de múltiplas racionalidades, monótonas umas, racionalizadas, outras, diversificadas, outras, paradigmáticas, outras, ainda.

2. A diversificação multifuncional, uma estratégia de múltiplas racionalidades

No primeiro ponto vimos os aspectos metodológicos deste artigo. Recordamos que o objectivo da investigação é estudar as múltiplas vias da diversificação multifuncional sustentável, o sistema DMS. Vejamos, agora, de forma exploratória e preliminar, as primeiras ilações com base nos resultados da investigação.

Em pano de fundo, importa não esquecer-lo, temos, nas últimas duas décadas, a aplicação em Portugal da Política Agrícola Comum (PAC). A evolução da agricultura portuguesa é indissociável deste facto da nossa história recente. Nas vésperas da adesão às Comunidades Europeias, a agricultura portuguesa era uma combinação de agricultura tradicional, policultural e multifuncional, com algumas ilhas de modernização e especialização agrícola e pecuária. Não surpreende, portanto, que perante as enormes expectativas criadas, a primeira década de integração europeia (1986-1995) corresponda a um **período de intensificação cultural**, tanto mais quanto se conseguiu conciliar uma primeira etapa de protecção do mercado nacional com a aplicação imediata de fundos europeus para o investimento que, aliás, já tinham começado a ser aplicados antes, mesmo, da adesão. As ajudas de pré-adesão, o Programa Específico de Desenvolvimento da agricultura portuguesa (PEDAP) e o Regulamento CEE nº797 são os emblemas deste período que nós aqui designamos de **“período agro-comercial”**. No entanto, era já notório, desde os anos oitenta, no plano europeu, que esta intensificação não poderia continuar indefinidamente devido aos custos orçamentais insuportáveis da PAC. No final do nosso primeiro período de transição (1º etapa, 1991) era já evidente a mudança de orientação política que iria ser operada no ano seguinte.

No ano de 1992, durante a presidência portuguesa, são aprovadas as “medidas de acompanhamento da reforma da PAC” que visam o objectivo essencial da reforma, a saber, a redução dos terrenos agrícolas, das produções e dos respectivos custos orçamentais. Inicia-se, portanto, um segundo grande período que designamos de **“período agro-ambiental”**, no preciso momento em que a nossa política de intensificação estava ainda longe de produzir todos os seus efeitos. Os sinais da política agrícola são, pois, contraditórios: de um lado, a intensificação, de outro a **extensificação e a “ambientalização”**, no exacto momento em que o mercado único europeu abria as suas portas ao comércio livre de mercadorias e a nossa segunda etapa de transição agrícola (1995) era abreviada para coincidir com a entrada em vigor do mercado único em 1993.

Em 1999, a Agenda 2000, antecipando já o grande alargamento ao leste europeu, confirma uma orientação que já se anunciava, o **desenvolvimento rural**, e abre um novo período que agora designamos por **período agro-rural** e que, no fundo, visa associar, de forma virtuosa, todas as orientações anteriores.

Ao longo destes três períodos, que não estão desligados mas sobrepostos, estamos a fazer o caminho difícil e ambivalente que nos conduz da **diversificação tradicional** do período anterior à adesão, com passagem pela **intensificação cultural** do “período agro-comercial”, pela **extensificação cultural** do “período agro-ambiental”, até ao “período agro-rural” actual inspirado na **diversificação de actividades e**



na sua multifuncionalidade. Ao ouvirmos as opiniões ambivalentes dos nossos entrevistados sobre os sinais contraditórios emitidos pela política agrícola doméstica durante os últimos vinte anos ficamos com a sensação amarga de termos sido “bons alunos mas cábulas”, pois o seguidismo político-administrativo foi a nota dominante, obcecado como estava em maximizar a entrada de fluxos financeiros e dificultando, objectivamente, a realização das reformas estruturais na agricultura que não podem vaguear ao sabor das decisões anuais sobre “preços e medidas conexas” por mais que importantes que sejam (assim se designavam as decisões anuais dos ministros da agricultura da comunidade europeia para a campanha de comercialização do ano seguinte). O resultado é sobejamente conhecido. Primeiro arranjámos o álibi perfeito, “as obrigações comunitárias”. Depois abdicámos de fazer política doméstica para cumprir aquelas obrigações, pois disso dependia o “nosso prestígio nas instituições comunitárias e para ele trabalhava toda a nossa comunidade administrativa”. Preços, ajudas, medidas de mercado e respectivo controlo, foram a nossa matéria-prima durante demasiado tempo. Entretanto, fomos assistindo à rápida exaustão dos serviços de extensão rural, à secundarização do movimento associativo e cooperativo e de todas as formas de agricultura de grupo, à falência dos serviços de substituição, ao desprezo por instrumentos de dinamização fundiária tão importantes como o banco de solos, o arrendamento rural, a garantia mútua, o capital de risco, as sociedades fundiárias, os fundos de investimento, etc. Ao abdicarmos da extensão rural, abdicámos do conhecimento dos contextos concretos e das negociações que aí ocorrem para constituir projectos e promotores. Ao fazer isto a administração deixou de ser actor no terreno concreto para passar a ser um visitante ocasional, muito mais fiscal e inspector do que extensionista e conselheiro. Voluntária ou involuntariamente, mudámos o foco do interesse do projecto para o interesse da organização e do beneficiário, permitindo que estes se entrincheirassem por detrás de interesses adquiridos. Não admira, por isso, que a tão propalada transferência de funções do Estado para as organizações representativas dos agricultores tenha que ser vista na mesma perspectiva, isto é, na eleição destas como beneficiários legítimos e directos da nova política, para perceber, afinal, como a “nova política” foi apropriada e aprisionada pelos interesses organizacionais constituídos e robustecidos pela mesma política, uma legitimidade que é usada e abusada contra outros interesses e legitimidades sempre que necessário. O momento actual em redor das medidas agro-ambientais é um bom exemplo desta “guerra de legitimidades”.

Feito este percurso e descrito este enquadramento, a nossa curiosidade residia, também, em indagar, junto dos entrevistados, se o seu percurso pessoal e empresarial, nas últimas duas décadas, coincidia ou conflituava com esta evolução mais geral que acabámos de descrever ou se, pelo contrário, era um percurso independente e paralelo face à corrente dominante (*mainstream*) do modelo PAC.

Eis alguns resultados preliminares mais dignos de nota:

1) Os sinais reveladores são tão prometedores quanto comprometedores

Num número significativo de casos, as iniciativas e as actividades são uma promessa, não estão consolidadas, não se distingue entre património, negócio e empresa, e a relação entre os objectivos do projecto, a escala do empreendimento e o volume de capital próprio não aparece, manifestamente, bem proporcionada, o que gera constantes crises de tesouraria e situações de ruptura financeira iminente;

2) Os percursos familiares são um “mix” de capital simbólico e afectivo, por um lado, e de decisões de risco, por outro

Não há, com efeito, histórias familiares de linha pura, nem há herdeiros perfeitos ou predestinados. Nas casas de família com história longa, as chamadas “famílias depositárias”, há uma tentativa de reabilitar o património histórico comprometendo-o com objectivos turístico-empresariais o que nem sempre é bem compreendido e aceite entre os membros da própria família e cria, mesmo, algum mal-estar intergeracional.



Nas casas de família com história curta, “mais plebeias”, o fardo da memória é menos pesado, o capital simbólico e afectivo está mais próximo do capital de exploração agrícola e comercial e as decisões de “risco familiar” são, aparentemente, mais fáceis de tomar;

3) A presença da economia familiar é muito variada e há recursos e soluções para todos os gostos

De facto, é esta presença multiforme, com muitos equívocos e algum mal-estar pelo meio, que determina a resiliência das explorações face à concorrência e à contingência; porém, na maioria dos casos, é esta mesma resiliência familiar que impede a empresa de aceder a um estágio de desenvolvimento superior; quer dizer, o capital simbólico e afectivo prevalece sobre o capital de risco em ordem a manter a funcionalidade e sociabilidade familiares; esta circunstância é verificável nas soluções jurídico-empresariais, na divisão do trabalho familiar, nas relações entre sócios e sócios-gestores, nas opções de vida dos membros e nas formas de pluriactividade, plurirendimento e policultura. Todavia, como dissemos, nada disto acontece sem alguma turbulência interna familiar que, em alguns casos, levou à própria desagregação familiar;

4) A evolução do número de actividades, compatível com a diminuição do risco, tanto aponta no sentido da diversificação como da concentração

De uma maneira geral, pelo menos nas explorações mais antigas, o ponto de partida (anos oitenta) foi quase sempre a agricultura tradicional com uma diversificação de actividades assinalável. O que aconteceu desde então, após três QCA e vários programas de apoio ao investimento na agricultura, agro-indústria e turismo em espaço rural, aponta em duas direcções diferenciadas, a saber: a diversificação inter-sectorial, por um lado, e a concentração sectorial, por outro, ou, se quisermos, a diversificação intra-sectorial (gammas de produtos dentro do mesmo sector de actividade); os resultados não são concludentes embora o factor comum seja a tentativa de reduzir os riscos das actividades e os custos fixos respectivos; nesta linha de orientação, inserem-se algumas estratégias observáveis de criação de um “grupo empresarial familiar” em que as actividades se convertem em outras tantas empresas independentes sob uma mesma gestão comum;

5) A evolução dos modos de produção agro-rural

A evolução dos modos de produção agro-rural acompanha o sentimento geral de preocupação e sensibilização para com os objectivos agro-ambientais, agro-ecológicos e agro-biológicos que a política pública promove. É certo que não é fácil acertar o passo entre o “ritmo comercial e o ritmo natural” e em muitas situações o produto biológico é vendido no mercado convencional. No território concreto das explorações agrícolas nem sempre se distingue entre a ajuda à conversão de modo de produção e ajuda pura ao rendimento. Na prática, o empresário-agricultor “gere a ajuda agro-ambiental” em função dos custos de contexto agroecológico em que se localiza a sua exploração, isto é, a adequação da ajuda ao objectivo visado implica gerir com muito critério a relação custo-benefício respectiva (quebra de produção, valor da ajuda, valorização do produto pelo mercado). As associações de protecção integrada, produção integrada e agricultura biológica têm contribuído positivamente para esta evolução dos modos de produção mas a percepção, por parte do agricultor, de que aquela relação não lhe é muito favorável pode significar a perversão do modo integrado ou, mesmo, a reversão do modo de conversão de produção convencional para produção biológica. Os sinais positivos são prometedores mas há, ainda, um longo caminho a percorrer.



6) A evolução da cadeia de valor dos produtos finais

De uma maneira geral, em quase todas as observações que fizemos, este objectivo está sempre presente embora o conceito de cadeia de valor seja muito variável de caso para caso, e tanto mais quanto se tem a percepção clara de que essa cadeia de valor pode querer dizer uma perda dos termos de troca do produto à medida que ele se vai afastando da produção primária e transformando. Dito de outro modo, não é o conceito em si que está em causa, é a apropriação indevida das mais-valias criadas que gera a inibição ou inacção para desencadear o processo de transformação e comercialização. Por outro lado, a multiplicação de feiras e mercados de produtos locais é um sinal de dinamismo comunitário, mas é, também, quantas vezes, um sinal da presença de economia subterrânea, pelo menos à luz dos padrões (*standards*) de qualidade em vigor. No mesmo sentido, a proliferação de marcas comerciais de “produtos sem história, recém-chegados ao mercado” chamando a atenção para a autenticidade da sua indicação geográfica, sem que ao mesmo tempo se reconheça e pratique os princípios da rastreabilidade e certificação de toda a cadeia, é um sintoma de que há, ainda, um longo caminho a percorrer.

7) Evolução da relação entre modos de produção e turismo em espaço rural

A evolução positiva desta relação é claramente percebida pela grande maioria dos nossos interlocutores como tendo vantagens comerciais inegáveis, embora essa relação se revele, também, em muitos casos, mais pelo lado do património construído do que pelo lado da agricultura e dos seus modos de produção. O mesmo parece acontecer do lado da procura, isto é, reconhece a importância dos “modos limpos” de agricultura na criação de um bom ambiente e de uma boa estadia mas não separa esse facto de um património construído agradável e acolhedor. Neste sentido, o conceito de “bioturismo” não parece, ainda, determinar, só por si, as escolhas da procura social, mas a diferenciação das clientelas continua a operar e os sinais apontam, também, nessa direcção. De resto, se esta “marca em construção” aparecer rapidamente no mercado do turismo rural, alguns dos nossos interlocutores referiram o seu interesse em aderir imediatamente a esse novo referencial distintivo.

8) Evolução da política pública e a composição multifuncional das actividades

Há, claramente, uma relação positiva entre a ajuda pública e a composição multifuncional de actividades, isto é, entre produção, conservação, recreação e outros serviços agro-rurais. Há, todavia, nesta composição multifuncional uma fonte inesgotável de desperdício, de tempo, energia e dinheiro, que pode pôr em causa este esforço de renovação dos territórios, a saber, a arritmia permanente entre a produção convencional que tem um ritmo comercial, a produção não-convencional e as actividades de conservação que têm um ritmo natural, a recreação e o lazer que têm um ritmo pessoal e, por fim, a administração que tem um ritmo institucional. Muito raramente estes ritmos batem compassadamente, pelo que a disciplina dos tempos de trabalho destas quatro actividades se converte numa tarefa quase impossível de organizar. Quer dizer, a composição multifuncional das actividades no interior da exploração, sendo uma tarefa em si mesma economicamente vantajosa, pelo menos em certas condições, revela-se, na prática, difícil de concretizar, pois altera radicalmente o modo tradicional de organização e gestão dos recursos familiares, em especial, a gestão dos tempos dos membros do agregado familiar e o gozo dos seus próprios tempos de recreação e lazer.

9) Evolução da composição dos rendimentos agro-rurais

A composição dos rendimentos acompanha de perto a evolução do cabaz multifuncional, isto é, a diversificação das fontes de rendimento proporcionada por essa diversificação de actividades. Todavia, diversificação de actividades não significa, necessariamente, consolidação da pequena agricultura familiar, uma vez que muitas actividades desaparecerão logo que cessarem ou forem fortemente reduzidas as



ajudas ao rendimento (RPU) e as ajudas ao desenvolvimento rural. Em muitas observações realizadas foi possível encontrar um ponto de equilíbrio de baixa intensidade, instável mas, ainda assim, funcional e composto pelos seguintes elementos: transferências (pensões e indemnizações compensatórias), rendimentos de actividades conexas ou laterais (um pequeno café, mercearia ou mini-mercado), um rendimento de actividade principal fora da agricultura, os subsídios PAC, a receita da venda de produtos nos mercados locais e de proximidade, a que se acrescentam, como é óbvio, todos os bens de auto-consumo. É a economia familiar extensa de pluri-actividade e pluri-rendimento em pleno funcionamento com todos os seus elementos activos e ocupados. Este cabaz de rendimentos não está, porém, consolidado. As próximas reformas da PAC até 2013 poderão mudar, substancialmente, o panorama das ajudas públicas ao desenvolvimento rural. Mesmo no caso da pequena agricultura familiar, ou sobretudo neste caso, ressalta, à evidência a necessidade de aprofundar as lógicas familiares de pluri-actividade e pluri-rendimento em contexto de ajudas públicas reorientadas para a agricultura biológica, o ambiente e a conservação de recursos, a eficiência energética e as energias alternativas, o agro-turismo e o turismo de natureza. A maioria dos nossos entrevistados revelou dificuldade em antever o seu próximo cabaz de rendimentos num cenário marcado por estas tendências.

10) Evolução das estratégias familiares.

Há um dado de base, de natureza macroeconómica, que marcará decisivamente o próximo futuro e, também, as estratégias familiares, a saber, o crescimento económico far-se-á, doravante, mais por via da produtividade do que por via do emprego. Um corolário lógico deste facto será a alteração dos mercados de trabalho no sentido da sua total flexibilização. Por razões fáceis de entender, estes factos ocasionarão o regresso às actividades primárias, em sentido amplo, uma vez que as novas tecnologias, em especial a biotecnologia, permitirão criar um espectro largo de produtos novos com origem nas actividades primárias tradicionais. Do mesmo modo, as actividades de conservação, recreação e lazer e serviços agro-rurais, sendo actividades menos capital-intensivas, permitirão novas e mais diversificadas estratégias familiares multifuncionais. Isto quer dizer que serão possíveis e desejáveis várias estratégias familiares, umas mais especializadas e outras mais multifuncionais, ambas a exigirem recursos familiares mais polivalentes e pendulares, seja nos hábitos de trabalho, nas ocupações profissionais, nos perfis formativos ou, mesmo, na formação de modelos familiares menos convencionais. **Em relação aos nossos entrevistados, nota-se, claramente, nesta óptica, um fim de ciclo intergeracional, isto é, são poucos os casos em que se percebe o alcance e as exigências do próximo ciclo intergeracional e a estratégia de mudança que, por antecipação, ele já hoje implica.**

Estas são as conclusões preliminares que nos parecem mais pertinentes, à luz não apenas das respostas directas recolhidas mas, também, das expectativas formuladas quanto ao próximo futuro, um exercício onde, amiúde, foi possível descortinar algumas inconsistências dos nossos entrevistados. Foram, também, elas que nos permitiram extrair estas conclusões exploratórias.

Conclusão

Para rematar, talvez possamos afirmar, agora, que o traço essencial que observámos se pode resumir na fórmula “**o modelo de repartição prevalece sobre o modelo de capitalização agro-rural**”, à semelhança, de resto, de outros sectores da vida pública portuguesa. Com efeito, na maioria dos casos observados, podemos confirmar que no plano agro-rural a “**propriedade e o negócio continuam a prevalecer sobre a empresa e a gestão**”, de acordo com um modelo geral de baixa intensidade capitalista onde, vinte anos depois da nossa integração europeia, os principais instrumentos de engenharia e gestão financeira agro-rural primam pela ausência: o capital de risco agrícola, as sociedades de garantia agrícola, os seguros colectivos de risco, as sociedades fundiárias, os fundos de investimento, as organizações



interprofissionais, etc. Mas, ainda de acordo com os nossos entrevistados, o modelo de repartição está mais próximo do nosso real conservadorismo e funciona, mesmo, como regulador eficaz face aos excessos capitalistas. Afinal, no mundo agro-rural, continuamos a ser mais uma sociedade de pessoas do que uma sociedade de capitais e, nesse contexto, a estratégia familiar tende a prevalecer sobre a empresa de tipo capitalista. A maioria dos nossos entrevistados parece perceber que “se for a jogo perde”. Eis a estratégia resiliente em toda a sua amplitude, um sinal de inteligência, diríamos nós. Com efeito, parece existir um instinto de sobrevivência que guia os nossos entrevistados e que os guia no mundo tumultuoso da globalização contingente.

Para concluir, em jeito de síntese, eis o **decálogo da diversificação multifuncional** tal como foi por nós observado:

- 1) Os sinais reveladores são tão prometedores quanto comprometedores, isto é, a maioria das observações não revela uma situação sócio-empresarial consolidada;
- 2) Os percursos familiares são um “*mix*” de capital simbólico e afectivo, por um lado, e de decisões de risco, por outro; os momentos mais críticos são, geralmente, os de sucessão geracional que envolvem, também, uma mudança de estrutura da exploração;
- 3) A presença da economia familiar é determinante, seja por via da força de trabalho, da pluriactividade ou do plurirendimento;
- 4) A evolução do nº de actividades na exploração tanto aponta no sentido da especialização (concentração), como da multifuncionalidade (diversificação), segundo o lema geral (ou o equívoco?) de que a modernização se identifica com a especialização e a escala;
- 5) A evolução dos modos de produção agro-rural revela uma gestão passiva das medidas agro-ambientais, à boleia de um incentivo transitório, e não uma verdadeira conversão agroecológica;
- 6) A relação entre escala, cadeia de valor e poder de mercado é muito frágil e revela baixa integração vertical e baixa intensidade de rede associativa;
- 7) A relação entre produção-conservação-recreação, isto é, a relação entre modos de produção agrária, sistemas de conservação de recursos e formas de actividade turístico-recreativa, é mais ocasional e conjuntural do que intencional e estratégica;
- 8) A competitividade-rendimento prevalece sobre a competitividade-custo, isto é, a composição de rendimentos de várias origens (via mercado, via cooperativa/organização de produtores, via ajuda pública, via transferência do orçamento, via auto-consumo, via entreatajuda, via actividades conexas) prevalece sobre a estratégia empresarial em sentido estrito;
- 9) A relação entre encargos financeiros, de curto e médio prazo, a evolução cada vez mais apertada das margens comerciais e a revisão cada vez mais frequente dos compromissos e das ajudas públicas, é cada vez mais problemática e difícil e, portanto, objecto de uma arbitragem muito complexa e que nem sempre está ao alcance dos conhecimentos técnicos do empresário;
- 10) A evolução das estratégias familiares não percorre um padrão uniforme de comportamento, dada a variabilidade dos universos familiares em presença, embora se possa afirmar que as estratégias defensivas ou cautelosas predominem sobre as estratégias ofensivas.



Bibliografia

- COVAS, António (2008), *Ruralidades IV: temas e problemas da pós-ruralidade*, (a publicar).
- COVAS, António e COVAS, Maria das Mercês (2008), *Ruralidades III: Retratos portugueses de agricultura multifuncional*, (para publicação).
- COVAS, António (2007a), *Ruralidades I: temas e problemas do mundo rural*, Universidade do Algarve.
- COVAS, António, (2007b), *Ruralidades II: Agricultura Multifuncional e Desenvolvimento Rural*, Universidade do Algarve.
- COVAS, António (2007c), Em defesa das “bioregiões” ou da economia biodiversa das zonas rurais desfavorecidas, www.sier.org.
- COVAS, António (2006), Desagrarização e sustentabilidade: seis teses sobre a segunda modernidade do mundo rural, Congreso Técnico-Científico sobre Desagrarización e Sostibilidade Rural na Euro-Rexion Galicia/Norte de Portugal, Actas do Foro Rural Galego , Lugo, 27-29 de Setembro, pp. 23-38.
- COVAS, António (2006), A ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª modernidade, in Maria Lucinda Fonseca (Coord.) *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de Turismo e Lazer*, Livro de Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 107-125.
- COVAS, António (2004), *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Lisboa, Edições Colibri.
- COVAS, António e COVAS, Maria das Mercês (2007a), Da razão sustentável à gestão multifuncional dos espaços rurais, 5º Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária (APDEA), subordinado ao tema: Globalização, Agricultura e Áreas Rurais, Vila Real, 4, 5 e 6 do Outubro.
- COVAS, António e COVAS, Maria das Mercês (2007b), A ecosocioeconomia das áreas rurais de baixa densidade: um ensaio teórico-metodológico, comunicação, apresentada no XIII Congresso Anual da APDR subordinado ao tema: Recriar e Valorizar o Território, Angra do Heroísmo, 5 e 7 de Julho de 2007.
- COVAS, António e COVAS, Maria das Mercês (2007c), Dos vestígios do passado aos desafios e oportunidades do futuro: uma parceria virtuosa entre escola, família e autarquia para ensaiar estratégias de sustentabilidade nas áreas rurais de baixa densidade, Actas das III Jornadas Internacionais Vestígios do Passado, AGIR, Almeida, 30 e 31 de Março, versão em CD-ROM.
- COVAS, António e COVAS, Maria das Mercês (2007d), A razão sustentável e a turistificação/ludificação do espaço rural: um novo compromisso entre a memória, a imagem e a segunda modernidade rural, Actas do I Seminário Internacional da Memória e Cultura Visual, AGIR, Póvoa de Varzim, 20 de Janeiro, versão em CD-ROM.
- COVAS, António e COVAS, Maria das Mercês (2006a), Saúde, cultura e sociedade – as eco-aldeias, um exemplo da nova ruralidade, Actas do II Congresso Internacional Sobre Saúde, Cultura e Sociedade, organizado pela AGIR, Tavira, 29-30 de Setembro, versão em CD-ROM.
- COVAS, António e COVAS, Maria das Mercês (2006b), O espaço rural revisitado: da convencional monofuncionalidade aos desafios da moderna multifuncionalidade, Actas do Congresso Internacional sobre os Desafios Sócio-culturais para o Século XXI, AGIR, Póvoa de Varzim, 19 e 20 de Maio, versão em CD-ROM.
- MADRP (2007), *Plano Estratégico Nacional, Desenvolvimento Rural, 2007-2013*, Lisboa.
- MAOTDR (2008), *Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território*, Lisboa.